

# 30 anos de desgoverno político e econômico: a devastadora explosão de Beirute não sacudiu o controle da classe dominante no Líbano

FONTE: [Europa Solidaire](#) | 25/08/2020 | TRADUÇÃO: Charles Rosa

A tremenda explosão que abalou o Líbano em 4 de agosto será registrada como um grande ponto de viragem na história do país, não menos do que a explosão muito menos poderosa que matou o ex-primeiro-ministro Rafik Hariri em 14 de fevereiro de 2005. A julgar pelos 15 anos que levou para que um tribunal nomeado pela ONU basicamente admitisse sua impotência no último evento, não haverá qualquer certeza oficial sobre as circunstâncias da terrível explosão no porto de Beirute em um futuro previsível. Algumas conclusões podem, no entanto, ser tiradas sobre esta tragédia altamente traumática.

A primeira é que, não obstante as circunstâncias particulares da explosão, a responsabilidade por deixar 2.750 toneladas de nitrato de amônio altamente explosivo armazenadas no coração de Beirute por nada menos que seis anos recai sobre toda a classe dominante libanesa – todos aqueles que estiveram no Líbano governo durante esse período. Presidentes, primeiros-ministros, ministros dos transportes, chefes dos principais aparelhos de segurança e administradores portuários são igualmente culpados. A lista inclui líderes do estado oficial libanês e do estado paralelo constituído pelo Hezbollah no Líbano, que é conhecido por monitorar de perto o aeroporto e o porto de Beirute e usá-los à sua vontade.

Como o Líbano chegou a este ponto? Precisamos levar 30 anos de desgoverno político e econômico para entender. Antes de 1975, quando a guerra civil começou, o Líbano era conhecido como um “paraíso fiscal”: um país de capitalismo selvagem, cujo sigilo bancário e falsa tributação o tornavam um território ideal para lavagem de dinheiro, fuga de capitais e todo tipo de tráfico. A guerra terminou com um acordo político e constitucional entre facções libanesas alcançado em 1989 sob os auspícios conjuntos da monarquia saudita e do regime sírio. Foi confirmado no ano seguinte pela participação deste último na coalizão liderada pelos EUA que travou a primeira guerra internacional no Iraque a partir do território saudita.

Durante uma dúzia de anos, o Líbano foi dirigido por esta entente saudita-síria: representando o lado saudita, Rafik Hariri coordenou de perto com Ghazi Kanaan, o chefe todo-poderoso do aparelho de segurança da Síria no Líbano. A oposição de Damasco à segunda guerra liderada pelos Estados Unidos no Iraque e à ocupação daquele país em 2003 levou ao fim da entente. Washington começou a exercer pressão para expulsar as tropas sírias do Líbano, notadamente patrocinando a resolução 1559 de 2004 do conselho de segurança da ONU (Rússia e China se abstiveram para não vetá-la).

O assassinato de Hariri desencadeou uma enorme manifestação de raiva popular, obrigando Damasco a retirar suas tropas. Mesmo assim, continuou mexendo os pauzinhos no Líbano, por meio de uma aliança tripla composta por seu aliado Amal, o movimento sectário xiita liderado por Nabih Berri, o presidente vitalício do parlamento libanês (ele assumiu o cargo em 1992); Hezbollah, o agente libanês do Irã, aliado regional da Síria; e Michel Aoun, o ex-inimigo amargo da Síria que deu meia volta em 2006.

Nos últimos 15 anos, o Líbano foi basicamente administrado por um governo conjunto renovado, envolvendo o filho de Rafik Hariri, Saad, e a aliança tripla, e continuando uma política econômica desastrosa de reconstrução neoliberal que estava em

vigor desde o fim da guerra. No entanto, a guerra que se desenrolou na Síria desde a primavera árabe de 2011 enfraqueceu consideravelmente Damasco e aumentou o papel de Teerã e seu representante libanês, à medida que o Irã ganhou a vantagem sobre a própria Síria. Esta mudança no equilíbrio regional de forças traduziu-se na eleição de Aoun como presidente em 2016. A tentativa fracassada do príncipe saudita, Mohammed bin Salman, de torcer o braço de Saad Hariri para encerrar a colaboração com os seguidores de Teerã em 2017 foi uma reação desastrosa para esta virada de eventos.

Em qualquer caso, a responsabilidade pelo colapso da economia libanesa recai diretamente sobre todo o espectro da classe dominante do país, todos aqueles que ocuparam cargos nos últimos 30 anos, tanto quanto recai sobre o setor bancário com o qual todos estão enredados. Riad Salamé, o governador do Banco Central do Líbano desde 1992 e ainda no cargo, personifica esses problemas arraigados. Essa responsabilidade compartilhada foi abordada pelo agora famoso slogan central do levante popular que começou em 17 de outubro do ano passado: "Todos eles significam todos eles".

Com a raiva popular atingindo o clímax por causa da explosão recente de Beirute, há muita esperança no Líbano para uma fresta de esperança para a tragédia na imposição de duas demandas-chave da revolta de outubro sobre a classe dominante: um governo verdadeiramente independente e novas eleições em com base numa nova lei eleitoral. A expectativa era que a pressão internacional forçaria a implementação dessas demandas e forneceria um contrapeso para a classe dominante local.

A visita de Emmanuel Macron a Beirute dois dias após a explosão elevou essa expectativa. Aqui estava um líder que ousou se misturar com o povo logo após o desastre, muitos pensaram, esquecendo que era uma grande oportunidade de foto para um presidente francês sitiado em seu próprio país. A expectativa não durou: a linha consistente de Macron em relação ao Oriente Médio tem sido a mediação entre os EUA e o

Irã (onde o capitalista francês está em alta), como fez quando tentou organizar um encontro entre Donald Trump e o ministro das Relações Exteriores do Irã sobre o margem da reunião do G7 de 2019 em Biarritz.

A lógica dessa posição em relação ao Líbano é que Macron agiu sistematicamente para manter o governo da coalizão Hariri-Hezbollah no país. É por isso que ele interveio decisivamente para trazer de volta de Riad um Saad Hariri sequestrado em 2017, e por que ele agora dissipou a esperança do povo libanês por um governo independente e novas eleições por supostamente favorecendo um “governo de unidade”, que foi interpretado como um plano para “[reintegrar] o ex-primeiro ministro sunita, Saad Hariri, em troca de concessões do Hezbollah”. Em vez de uma grande explosão, isso significaria que Macron está trabalhando ativamente para transformar a explosão de Beirute em uma força propulsora retrógrada – certamente uma receita para aumentar o descontentamento e mais turbulência.

***Gilbert Achcar é professor de estudos de desenvolvimento e relações internacionais em Soas, Universidade de Londres.***